

RECURSO ESPECIAL Nº 1.543.835 - RS (2015/0173394-5)

RECORRENTE : FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
RECORRIDO : ASSOCIAÇÃO CLASSISTA DO PESSOAL TÉCNICO
ADMINISTRATIVO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO GRANDE - APTAFURG
ADVOGADOS : HALLEY LINO DE SOUZA - RS054730
LEANDRO DE AZEVEDO BEMVENUTI - RS059893
EDUARDO HELDT MACHADO - RS096797
RENAN SOUZA TEIXEIRA - RS106873

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

Na origem, a Associação Classista do Pessoal Técnico Administrativo da Fundação Universidade do Rio Grande - APTFURG - ajuizou ação civil pública, com valor da causa atribuído em R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), em março de 2012, tendo como objetivo o pagamento de diferenças remuneratórias já reconhecidas administrativamente em favor de servidores aposentados e pensionistas, referentes a exercícios anteriores.

Após sentença que julgou procedente a demanda, foi interposta apelação, que teve seu provimento negado pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO.

O referido acórdão foi assim ementado, *in verbis*:

AGRAVO LEGAL APELAÇÃO CÍVEL ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PAGAMENTO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS JÁ RECONHECIDAS ADMINISTRATIVAMENTE. SERVIDORES APOSENTADOS E PENSIONISTAS. PARCELAS REFERENTES A EXERCÍCIOS ANTERIORES. CABIMENTO DA VIA ELEITA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PRÉVIA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA. INSUFICIÊNCIA. DIREITO AO BENEFÍCIO CONCEDIDO PELO ARTIGO 192 DO RJU. EFICÁCIA DO MANDADO DE INJUNÇÃO N. 880. DIFERENÇAS DE ABONO DE PERMANÊNCIA. RECONHECIMENTO. ATUALIZAÇÃO DO DÉBITO EXEQUENDO.

1. A associação autora está atuando na defesa de interesses individuais homogêneos integrantes da sua categoria, por força do disposto no art. 8º, inciso III, CF e, sobretudo, no art. 5º, incisos I e II da Lei 7.437/85.

2. A possibilidade das associações defenderem 'interesses individuais e homogêneos de seus substituídos' resta albergada pela Lei 8.078/90, que além de introduzir em nosso ordenamento a referida expressão, cuidou de, ao acrescentar um dispositivo à Lei 7.347/85 (o artigo 21), deixar

Superior Tribunal de Justiça

expresso que se aplicariam, a partir de então, 'à defesa dos direitos e interesses difusos e coletivos e individuais, no que for cabível, os dispositivos do Título III da Lei que instituiu o Código de Defesa do Consumidor'. Portanto, conclui-se viável a utilização da Ação Civil Pública para a defesa de interesses individuais e homogêneos.

3. Não podem os substituídos ser prejudicados pela demora no pagamento de direito já reconhecido como devido e não pago por falta de dotação orçamentária.

4. Os substituídos que preencheram os requisitos para se aposentar integralmente até 13/10/1996, a partir da conversão de tempo de serviço especial para comum, passaram a fazer jus ao recebimento do art. 192 do RJU. A FURG, embora tenha reconhecido referido direito e já incluído na folha de pagamento dos substituídos a aludida parcela, não paga os valores retroativos que lhes são devidos. Portanto, resta evidente a procedência do pedido.

5. A decisão proferida no Mandado de Injunção n. 880 teve como objetivo suprir a ausência de regulamentação do direito a aposentadoria especial dos servidores públicos federais, permitindo, assim, a conversão de tempo especial em comum. Definiu o STF que norma legal deveria regular este direito em relação ao período posterior a 11.12.1990, concluindo que deveria ser a Lei n. 8.213/1991 (Lei de Benefícios da Previdência Social), que rege as aposentadorias do setor privado, mais particularmente os dispositivos constantes de seus artigos 57 e seguintes. Assim, com base nesse dispositivo, cuja determinação de sua aplicação foi feita pelo STF no MI 880, foi emitida pelo MPOG a Orientação Normativa SRH/MP nº 10/201. A partir dessa regra, a FURG converteu o tempo de serviço especial dos substituídos em tempo comum. Entretanto, por força do Ofício Circular 5/2013 do Ministério do Planejamento, resolveu contrariar o MI- 880, a ON 10/2010 e a contagem de tempo já reconhecida nos Mapas de Tempo Serviço. Segundo dito Ofício Circular deveriam ser suspensos as Orientações Normativas SRH 07/2007 e 10/2010, a bem de traçar procedimentos mais rigorosos e precisos no que se refere às concessões de aposentadoria especial fundadas no art. 57 da Lei n. 8.213/91 quando amparada por mandado de injunção julgado pelo STF. Evidencia-se, pois, que há uma suspensão, sem justificativa suficiente bastante, do direito a contagem especial assegurado pelo MI 880 do STF, com base no art. 57 da Lei nº 8.213/91.

6. Não obstante haja reconhecimento administrativo por parte da FURG, inclusive com a inclusão do abono de permanência em suas fichas financeiras, resta impago o pagamento de valores retroativos. Por conseguinte, não pairam dúvidas de que os substituídos têm direito às diferenças de abono de permanência que não foram pagas pela FURG, após a conversão de tempo de serviço especial em comum.

7. Tendo presente o julgamento do STF (Ações Diretas de Inconstitucionalidade n.s. 4.357 e 4.425), a orientação do STJ e as orientações constantes do novo Manual de Cálculos da Justiça Federal, devem ser aplicados, para fins de atualização das dívidas decorrentes de condenações em ações que tratem do pagamento de diferenças devidas a servidor público (excluída a matéria tributária e a previdenciária): (1) IPC/IBGE (de março/90 a fev/91); INPC (de mar/91 a nov/91); IPCA-E (dez/91); Ufir (jan/92 a 12/2000); IPCA-E/IBGE (a partir de janeiro de 2001), desde o vencimento de cada prestação; acrescidos de (2) juros de mora contados da citação (consoante firme entendimento consagrado na jurisprudência do STJ e na Súmula nº 75 e julgados do TRF4) de 12% ao ano até 26/8/2001, de forma simples; 0,5% ao mês, a contar de 27/08/2001 até junho/2009, de forma

Superior Tribunal de Justiça

simples (art. 1º-F da Lei 9.494/97- incluído pela Medida provisória N 2.180-35, de 2001); 0,5% ao mês a partir de julho/2009 até abril/2012, de forma simples (Art. 1º-F da Lei 9.494/97 com a redação dada pela Lei 11.960/2009 combinado com a Lei 8.177/91); e, a partir de maio/2012, no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, capitalizados de forma simples, correspondentes a: a) 0,5% ao mês, caso a taxa SELIC ao ano seja superior a 8,5%; b) 70% da taxa SELIC ao ano, mensalizada, nos demais casos (Art. 1º-F da Lei 9.494/97 com a redação dada pela Lei 11.960/2009 combinado com a Lei n. 8.177, de 1º de março de 1991, com alterações MP 567/2012, convertida na Lei 12.703/2012). Sendo estabelecido que a atualização monetária deve ser realizada com base em índice diverso do aplicado à poupança, diferentemente, portanto, dos juros, resta claro que as rubricas devem incidir de forma separada (simples), afastando-se a possibilidade de capitalização composta dos juros.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos.

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita, FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE interpôs o presente recurso especial, apontando violação dos arts. 535, 267, VI, 81 e 47, do CPC/73; 1º, 5º, V, e 18, da Lei nº 7.347/85; e 192, II, da Lei nº 8.112/90.

Aduz que a Associação autora não possui legitimidade para representação no caso em tela, bem como defende a não incidência do artigo 192 da Lei 8.112/90 para aposentadorias analisadas no período após 10/12/1997, uma vez considerada a revogação do referido dispositivo por advento da Lei nº 9.527/97.

Desta forma, defende que os ex-servidores em questão não contavam com todos os requisitos legais para a aposentadoria, pois não contavam com o tempo de contribuição mínima.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

Parecer do MPF pelo desprovimento do recurso.

É o relatório. Decido.

Como a decisão recorrida foi publicada sob a égide da legislação processual civil anterior, observam-se em relação ao cabimento, processamento e pressupostos de admissibilidade dos recursos as regras do Código de Processo Civil de 1973, diante do fenômeno da ultratividade e do Enunciado Administrativo nº 2 do Superior Tribunal de Justiça.

Inicialmente, sobre a alegada violação do art. 535 do CPC/1973,

Superior Tribunal de Justiça

por suposta omissão pelo Tribunal de origem da análise da questão acerca da alegação de que a autarquia recorrente não dispõe de autonomia para manejar propostas orçamentárias e que carece de competência para incluir valores em propostas anuais de orçamento, não assiste razão à recorrente.

Na hipótese dos autos verifica-se a inexistência da mácula apontada, tendo em vista que da análise do referido questionamento em confronto com o acórdão hostilizado não se cogita da ocorrência de omissão, contradição, obscuridade ou mesmo erro material, mas mera tentativa de reiterar fundamento jurídico já exposto pelo recorrente e devidamente afastado pelo julgador, conforme se verifica do trecho a seguir (fls. 448-449):

Do direito ao pagamento das verbas reconhecidas na via administrativa. Cumpre analisar a possibilidade de a parte autora postular judicialmente o pagamento de verbas já reconhecidas na via administrativa.

No presente caso, o direito foi reconhecido administrativamente, já tendo transcorrido tempo hábil para que fossem tomadas as providências necessárias à quitação, não sendo aceitável que a parte autora espere indefinidamente uma atitude da requerida, a fim de perceber a verba a que tem direito.

Assim, são devidas as parcelas em atraso pleiteadas pela autora e que foram reconhecidas e não quitadas na via administrativa, sendo irrelevante, no caso, a ausência de dotação orçamentária específica destinada ao órgão pagador. Nesse sentido, leiam-se os seguintes acórdãos do Tribunal Regional Federal da 4ª. Região:

ADMINISTRATIVO. PENSÃO POR MORTE. PARCELAS ATRASADAS RECONHECIDAS ADMINISTRATIVAMENTE.

Reconhecido o débito administrativamente, não há razão para alterar a sentença que condenou a União ao pagamento das parcelas em atraso, não se justificando a ausência de pagamento pela falta de dotação orçamentária. (TRF4, AC 2006.72.08.004657-2, Quarta Turma, Relatora Vivian Josete Pantaleão Caminha, D.E. 08/02/2010)'

ADMINISTRATIVO. PARCELAS DE PENSÃO.RECONHECIMENTO NA ESFERA ADMINISTRATIVA. NÃO PAGAMENTO. INTERESSE DE AGIR.

1.- A resistência da Administração em pagar dívida já reconhecida, condicionando o adimplemento à 'disponibilidade orçamentária', caracteriza o interesse de agir.

2.- O direito de receber obrigação reconhecida não pode ficar condicionado a critério unilateral da Administração, impossibilitando a efetivação em determinado lapso temporal, sob pena de transformar o direito concreto em mera expectativa de direito. (TRF4, APELREEX 2008.71.00.012021-5, Terceira Turma, Relatora Maria Lúcia Luz Leiria, D.E. 11/11/2009)

ADMINISTRATIVO. VANTAGEM DOS QUINTOS. PAGAMENTO DE PARCELAS EM ATRASO. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO. DISCUSSÃO

QUANTO AO FUNDO DE DIREITO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA DE CONDENAÇÃO EM VALOR CERTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS.

Considerando que até o momento as diferenças não foram integralmente quitadas, configurado está o inadimplemento da obrigação vencida, dando ensejo à propositura da ação de cobrança, sendo irrelevante, no caso, a ausência de dotação orçamentária específica destinada ao órgão pagador (...). (TRF4. APELREEX 2008.71.00.008905-1, Quarta Turma, Relator Valdemar Capeletti, D.E. 19/10/2009)

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. QUINTOS/DÉCIMOS. INTERESSE PROCESSUAL PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA. PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO DO PRAZO. RENÚNCIA. INCORPORAÇÃO ATÉ A MP N. 2.225-45/01. MATÉRIA PACIFICADA TANTO AQUI QUANTO NO STJ.

1. Inocorre a alegada ausência de interesse processual da parte autora, pois esta se revela justamente diante da resistência da Administração em pagar a dívida, já reconhecida, condicionando o adimplemento à 'disponibilidade orçamentária', desde dezembro de 2004.

2. Fosse possível decretar-se a ausência de interesse por falta de disponibilidade orçamentária, deixando-se correr o tempo - já se vão quase cinco anos do reconhecimento administrativo - cômodo seria à Administração, posteriormente, simplesmente alegar a prescrição como está a alegar.

3. O reconhecimento administrativo do pedido, por meio da decisão proferida pelo Conselho da Justiça Federal no expediente administrativo n.º 2004.16.4940, em 17.12.2004, interrompeu o prazo prescricional quinquenal, o qual ainda não recomeçou sua contagem, tendo em vista o que dispõe o art. 4º do D 20.910/32, relativamente à demora no pagamento da total dívida

4. Ainda que se entendesse de modo diverso, não se perca de vista que, nos termos do disposto no artigo 191 do Código Civil, ocorreu a renúncia tácita, visto que a Administração realizou o pagamento de parcelas de atrasados, conforme consta na certidão acostada pela parte autora, conduta incompatível com o acolhimento da prescrição (...). (TRF4, AC 2008.71.00.000039-8, Quarta Turma, Relatora Marga Inge Barth Tessler, D.E. 20/04/2009)

Em relação à questão da legitimidade ativa da entidade em questão, verifica-se que o acórdão recorrido encontra-se em consonância com o entendimento jurisprudencial adotado por esta Corte Superior, o qual é firme no sentido de que não há impedimento para que associações de servidores possam propor ação civil pública na defesa dos interesses individuais homogêneos de seus associados.

Neste sentido:

Superior Tribunal de Justiça

RECURSOS ESPECIAIS. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA PROTEÇÃO E DEFESA DOS CONSUMIDORES E BENEFICIÁRIOS DE PLANOS E APÓLICES. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LEGITIMIDADE. NATUREZA DO PEDIDO. CONTRATO DE SEGURO. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. ESTIPULANTE E GRUPO DE SEGURADOS. RELAÇÃO DE MANDATO. DECISÃO PROFERIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ALCANCE TERRITORIAL DE SEUS EFEITOS. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO.

[...] 3. Conforme entendimento consolidado no âmbito do STJ, as entidades sindicais e as associações têm legitimidade ativa ad causam na defesa, em juízo, dos direitos coletivos ou individuais homogêneos de toda a categoria que representa ou de apenas parte dela. Precedentes.

4. Nos termos da jurisprudência do STJ, a ação civil pública pode gerar comando condenatório, declaratório, constitutivo, autoexecutável ou mandamental. [...]

14. Recursos especiais parcialmente providos, nos termos da fundamentação. (REsp 1170855/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/08/2015, DJe 16/12/2015)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITOS DO CONSUMIDOR. PLANO DE SAÚDE. ÍNDOLE ABUSIVA DE CLÁUSULA QUE EXCLUI COBERTURA DE HOME CARE. INTERESSE COLETIVO. COMPROVAÇÃO. LEGITIMIDADE DA ASSOCIAÇÃO PARA TUTELAR DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. SÚMULA 83/STJ.

1. Não ocorre violação ao art. 535 do CPC/1973 quando o acórdão recorrido decide a causa com base em fundamentação sólida, sem nenhuma omissão ou contradição. Ademais, o órgão julgador não está obrigado a responder questionamentos das partes, mas apenas a declinar as razões de seu convencimento motivado.

2. O caráter coletivo de interesse a ser tutelado em ação civil pública se reconhece a partir da possibilidade de lesão a uma universalidade de consumidores, caracterizando a homogeneidade do direito. Incidência da Súmula 83/STJ.

3. As entidades sindicais e as associações têm legitimidade ativa ad causam na defesa, em juízo, dos direitos coletivos ou individuais homogêneos de toda a categoria que representam ou de apenas parte dela. Precedentes.

4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 508778/PE, Rel. Min. Lázaro Guimarães - Desembargador Convocado do TRF 5ª Região, julgado em 22/05/2018, DJe 25/05/2018)

Por outro lado, a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça também é firme no sentido de que a inatividade deverá ser regulada pela lei considerada vigente à época em que o servidor reuniu os requisitos legalmente exigidos para sua efetivação. Dessa forma, as alterações legislativas posteriores não incorrerão em influência sobre o direito constituído de maneira definitiva.

Neste sentido:

Superior Tribunal de Justiça

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. APOSENTADORIA. LEI APLICÁVEL. TEMPO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS REQUISITOS. MEDIDA PROVISÓRIA N. 1.522/97 E LEI N. 9.527/97. INCIDÊNCIA. PROVENTOS. INCLUSÃO DE VANTAGEM REVOGADA ANTES DE COMPUTADOS OS REQUISITOS. IMPOSSIBILIDADE

1. A inatividade deve ser regulada pela lei vigente ao tempo em que o trabalhador reuniu os requisitos necessários para sua obtenção. Precedentes.

2. A tempestiva reedição de medida provisória, ainda que não votada pelo Congresso Nacional preserva-lhe a eficácia do provimento com força de lei, até que eventualmente não ocorra a reedição, transcorra o prazo de validade, ou haja rejeição da norma pelo Poder Legislativo. Precedentes do STF e do STJ.

3. A Lei nº 9.527/97, conquanto tenha disposto em seu texto apenas quanto às medidas de n.os 1.573-13/97 e 1.595-14/97, por conterem estas a mesma prescrição normativa que a de nº 1.522/96, convalidou, da mesma forma, os atos praticados com base neste último diploma legal. Precedentes.

4. Implementadas as condições para a concessão de aposentadoria somente após a edição da Medida Provisória n.º 1.522/96, convertida na Lei n.º 9.527/97, e gozando aquela de plena eficácia legal desde o nascedouro, não há como albergar o pedido para que seja incluída nos proventos a vantagem do revogado art. 192. inciso I. da Lei n.º 8.112/90.

5. Recurso especial conhecido e provido. (Resp 625.381/RN, Rel. Ministra Laurita Vaz, QUINTA TURMA, DJe 06/08/2007)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. MILITAR. BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-INVALIDEZ. REQUISITOS ATENDIDOS NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR AO TEMPO DA CONCESSÃO. ALTERAÇÃO POR LEI SUPERVENIENTE. IMPOSSIBILIDADE.

1. Se no momento da obtenção do benefício encontravam-se preenchidos todos os requisitos necessários de acordo com a lei em vigor, caracterizando-se como ato jurídico perfeito, não pode a legislação superveniente estabelecer novos critérios, sob pena de ofensa ao princípio *tempus regit actum*. Essa, a propósito, é a orientação firmada na Súmula 359/STF: "Ressalvada a revisão prevista em lei, os proventos da inatividade regulam-se pela lei vigente ao tempo em que o militar, ou o servidor civil, reuniu os requisitos necessários".

2. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1308778/RS, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/09/2014, DJe 30/09/2014)

Infere-se da leitura do acórdão esta mesma compreensão, uma vez que o juízo *a quo* decidiu em consonância com o entendimento acima demonstrado, conforme resta explicitado no seguinte trecho (fl. 415):

3. Não podem os substituídos ser prejudicados pela demora no pagamento de direito já reconhecido como devido e não pago por falta de dotação orçamentária.

4. Os substituídos que preencheram os requisitos para se aposentar integralmente até 13/10/1996, a partir da conversão de tempo de

Superior Tribunal de Justiça

serviço especial para comum, passaram a fazer jus ao recebimento do art. 192 do RJU. A FURG, embora tenha reconhecido referido direito e já incluído na folha de pagamento dos substituídos a aludida parcela, não paga os valores retroativos que lhes são devidos. Portanto, resta evidente a procedência do pedido.

Assim sendo, aplica-se, à espécie, o enunciado da Súmula 83/STJ: *"Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida."* Ressalte-se que o teor do referido enunciado aplica-se, inclusive, aos recursos especiais interpostos com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional.

Ainda que se assim não fosse, a Corte de origem analisou a controvérsia levando em consideração o contexto fático-probatório dos autos. Assim, para se chegar à conclusão diversa seria necessário o reexame dos fatos e provas contidos nos autos, o que é vedado pelo enunciado sumular número 7 do STJ.

Neste sentido:

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. HEPATITE C. INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL. AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SÚMULA 7/STJ.

1. O Tribunal a quo, procedendo com amparo nos elementos de convicção dos autos, entendeu que não há nexo causal entre a conduta dos agentes públicos e os danos sofridos pelos ora agravantes, e que estes não trouxeram provas para corroborar o que alegou.

2. Não é cabível em Recurso Especial o exame de questões que demandam o revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, em vista do óbice da Súmula 7 do STJ.

3. A incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução à causa a Corte de origem.

4. Agravo Interno não provido.

(AgInt no REsp 1.612.647/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/2/2017, DJe 7/3/2017).

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. EXAME PSICOTÉCNICO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REGULARIDADE DO PROCEDIMENTO E DOS CRITÉRIOS ADOTADOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Não houve ofensa aos arts. 489, § 1º e 1.022, II, do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.] 2. Inarredável a incidência das Súmula 5 e 7/STJ ao caso, porquanto a inversão

Superior Tribunal de Justiça

da conclusão adotada pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos e análise de cláusulas do edital do concurso, providências vedadas em recurso especial.

3. Agravo Interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1069252/DF, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 28/08/2017)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973 NÃO CONFIGURADA. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. EQUIVALÊNCIA ENTRE GRADUAÇÕES. TÉCNICO EM ELETRÔNICA E DE TELECOMUNICAÇÕES. SUPRIDA A EXIGÊNCIA EDITALÍCIA. REVISÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 5 E 7/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC/1973.

2. Dessarte, como se observa de forma clara, não se trata de omissão, mas sim de inconformismo direto com o resultado do acórdão, que foi contrário aos interesses da parte recorrente.

3. Ressalte-se que a mera insatisfação com o conteúdo da decisão embargada não enseja Embargos de Declaração. Esse não é o objetivo dos aclaratórios, recurso que se presta tão somente a sanar contradições ou omissões decorrentes da ausência de análise dos temas que lhe forem trazidos à tutela jurisdicional, no momento processual oportuno, conforme o art. 535 do CPC/1973.

4. Hipótese em que o Tribunal de origem, ao dirimir a controvérsia, consignou: a) o curso de técnico de telecomunicações prestado pelos recorridos possui grade curricular que se identifica com o curso de eletrônica exigido pelo edital do concurso habilitando-os para o exercício das atividades; b) há nos autos declaração prestada pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco, afirmando que o Curso Técnico de Telecomunicações apresenta correlação com o Curso Técnico de Eletrônica; e c) os recorridos possuem qualificação superior à exigida pelo edital do certame, não havendo dúvida quanto às aptidões técnicas para o desempenho das funções na Petrobras.

5. Sob esse aspecto, a análise da pretensão veiculada no Recurso Especial demanda a análise de cláusulas editalícias e do contexto fático-probatório dos autos, inalcançáveis pelo STJ, ante o óbice erigido pelas Súmulas 5 e 7 desta Corte.

6. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1646268/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/03/2017, DJe 20/04/2017).

Quanto à matéria constante nos arts. 47 e 267, inciso VI, do Código de Processo Civil de 1973, verifica-se que o Tribunal *a quo*, em nenhum momento, abordou as questões referidas nos dispositivos legais, mesmo após a oposição de embargos de declaração apontando a suposta omissão.

Nesse contexto, incide, na hipótese, a Súmula n. 211/STJ, que assim dispõe: “inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito

Superior Tribunal de Justiça

da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*".

Gize-se, por oportuno, que a falta de exame de questão constante de normativo legal apontado pelo recorrente nos embargos de declaração não caracteriza, por si só, omissão. Mesmo quando a questão é afastada de maneira fundamentada pelo Tribunal *a quo*, ou ainda, não é abordada pelo Sodalício, e o recorrente, em ambas as situações, não demonstra, de forma analítica e detalhada, a relevância do exame da questão apresentada para o deslinde final da causa.

Sobre o assunto, destacam-se os seguintes precedentes:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AVIAÇÃO AGRÍCOLA. ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA. AUSÊNCIA DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 211/STJ E 282/STF. INVIABILIDADE DA ANÁLISE DE RESOLUÇÃO DE CONSELHO PROFISSIONAL.

1. Verifica-se não ter ocorrido ofensa ao art. 535 do CPC/73, na medida em que o Tribunal de origem apreciou integralmente a controvérsia posta nos presentes autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

2. O Tribunal não fica obrigado a examinar todos os artigos de lei invocados no recurso, desde que decida a matéria questionada sob fundamento suficiente para sustentar a manifestação jurisdicional, dispensável a análise dos dispositivos que pareçam para a parte significativos, mas que para o julgador, se não irrelevantes, constituem questões superadas pelas razões de julgar.

3. A Corte de origem nada teceu a respeito dos arts. 2º, § 2º, do Decreto-Lei 917/69. 2º, 5º, 6º, II, 15, do Decreto 86.765/81, apesar de instado a fazê-lo pelos embargos de declaração, razão pela qual incide o óbice da Súmula 211/STJ. "Não há impropriedade em afirmar a falta de prequestionamento e afastar a indicação de afronta ao artigo 535 do CPC, haja vista que o julgado pode estar devidamente fundamentado, sem, no entanto, ter decidido a causa à luz dos preceitos jurídicos suscitados pelo recorrente, pois, como consabido, não está o julgador a tal obrigado" (AgRg no REsp 1386843/RS, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe 24/2/2014) 4. A matéria pertinente ao art. 97, I, do CTN também não foi objeto dos embargos declaratórios opostos perante o Tribunal a quo. Assim, não prospera o argumento tecido pela parte agravante para o afastamento do óbice previsto na Súmula 282/STF.

5. O exame de eventual violação dos demais dispositivos tidos por contrariados pela agravante exigiria a análise das Resoluções do CONFEA, pretensão insuscetível de ser apreciada em recurso especial. Isso porque tais resoluções não se enquadram no conceito de "tratado ou lei federal" de que cuida o art. 105, III, a, da CF.

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.035.738/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 14/2/2017, DJe 23/2/2017).

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO

Superior Tribunal de Justiça

REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO. APROVAÇÃO DE CANDIDATO EM CADASTRO DE RESERVA. PRETERIÇÃO. MANUTENÇÃO DE SERVIDORES CONTRATADOS IRREGULARMENTE. PRESTAÇÃO JURISDICIONAL INADEQUADA. DESCARACTERIZAÇÃO DA OMISSÃO. JULGAMENTO CONTRÁRIO AOS INTERESSES DA PARTE. CONTRADIÇÃO EXTERNA. HIPÓTESE DE CABIMENTO INEXISTENTE PARA OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DISCUSSÃO ACERCA DA NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL. QUESTÃO ATRELADA AO REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. VIOLAÇÃO A NORMAS FEDERAIS. CARÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO. SÚMULA 284/STF.

1. A hipótese de cabimento referente à divergência jurisprudencial não se caracteriza corretamente quando os articulados recursais limitam-se à praxe equivocada da transcrição de ementas e dos votos de paradigmas, isso não sendo suficiente para autorizar o processamento do apelo raro porque, nesse aspecto, deve obrigatoriamente haver o cotejo analítico entre o acórdão impugnado e o paradigmático, o que significa dizer que de cada um deles o recorrente deve identificar quais são os seus elementos fáticos e jurídicos e esclarecer, a partir disso, as interpretações dadas sobre um mesmo preceito federal as quais resultaram, contudo, em aplicações distintas de um mesmo direito.

2. Nesse sentido, uma vez que o recurso especial tem como destinação a pacificação da exegese do direito federal, a divergência de que trata a alínea "c" do permissivo constitucional deve ser pontuada de forma a esclarecer que apesar de se tratarem de controvérsias semelhantes a do acórdão da origem e a do paradigma, houve interpretações dissonantes de uma mesma regra e que isso deve ser resolvido de forma a que haja por certo justamente a aludida pacificação exegética.

3. Se o recorrente não procede dessa forma analítica, mas apenas transcreve o tanto quanto escrito em ementa e no voto, não realiza o cotejo e, portanto, impossibilita a própria aferição da existência da divergência, isso justificando o óbice da Súmula 284/STF.

4. A contradição de que trata o art. 535 do CPC e que autoriza a oposição de embargos é intrínseca ao julgado impugnado, ou seja, entre as suas proposições, fundamentação e conclusão, e não entre ele e fatores externos a si, como, por exemplo, as provas dos autos ou as alegações das partes, nem tampouco entre o acórdão e a sentença.

5. Se o Tribunal da origem disse, a partir das provas dos autos, que o recorrente não havia comprovado a existência de vagas durante o prazo de validade do concurso e que isso prejudicava a sua pretensão de nomeação, não há como deixar de concluir que a reversão dessa quadra demandaria o mesmo procedimento, qual seja, interpretar as provas dos autos para se aferir existirem mesmo as tais vagas, o que justifica o óbice da Súmula 07/STJ.

6. O prequestionamento advém do debate da temática processual à luz de determinado preceito legal federal, ou seja, é forçoso que o Tribunal da origem interprete os fatos processuais e sobre eles proceda juízo de valor para adequá-los ou não a determinado preceptivo federal, realizando assim a subsunção do fato à norma, o que absolutamente inexistiu no acórdão da origem, que não se sustentou nos arts. 130, 131, 331, § 2.º, 333, inciso I, 436, 437, 438 e 439, todos do CPC-1973, mas apenas na Lei 8.112/1990 e na Constituição da República.

7. O prequestionamento não é a indicação do preceito legal, mas o

Superior Tribunal de Justiça

debate de determinada tese de acordo com certa norma jurídica (inscrita no preceito), de maneira a que a falta de apontamento de lei não importa a falta de prequestionamento, mas tampouco a ausência de debate significa o prequestionamento ""implícito"".

8. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.581.104/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 7/4/2016, DJe 15/4/2016).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 09 de setembro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator